

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.153 - ES (2019/0192042-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **MORADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **WERNER BRAUN RIZK - ES011018**  
                  **BRUNO COLODETTI - ES011376**  
                  **CAIO MARTINS ROCHA - ES022863**  
                  **NATHALIA CANEDO ROCHA - ES026882**  
**AGRAVADO** : **ZAMIR VIEIRA GOMES**  
**ADVOGADOS** : **RAQUEL COSTA QUEIROZ BRAGA - ES009136**  
                  **JUSSARA SCHAFFELN CORREIA LIMA - ES009427**  
**INTERES.** : **ROSANA PRETTI MORAES**  
**ADVOGADO** : **GEDAIAS FREIRE DA COSTA - ES005536**

**EMENTA**

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DIREITOS REAIS. VENDA DUAS VEZES DO MESMO IMÓVEL. COMPROVAÇÃO. RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE RECONHECIDA. ÓBICE DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE NÃO DISCUTIDA NA ORIGEM. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).
2. No caso concreto, o Tribunal de origem, a partir do exame dos elementos de prova, reconheceu o dever de indenizar imposto à recorrente, que, por culpa, vendeu a terceiro o imóvel anteriormente alienado à parte recorrida. Entender de modo contrário, para acolher a tese de culpa exclusiva dos compromissários-compradores quanto ao ilícito, exigiria o reexame de matéria fática, o que é vedado em sede de recurso especial.
3. A inexistência de debate prévio da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso, diante da incidência da Súmula n. 211/STJ.
4. "O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento" (AgInt no AREsp n. 1.098.633/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 15/9/2017), providência não adotada pela recorrente no caso em exame.
5. Agravo interno a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos

# *Superior Tribunal de Justiça*

termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Buzzi (Presidente), Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator